

**CRISES DO CAPITAL, EDUCAÇÃO E (DES)MEDIDAS CONJUNTURAIS: UMA ANÁLISE SOB AS LENTES DE ANTONIO GRAMSCI¹**Zuleide Simas da Silveira²**Resumo**

O texto tem como objetivo analisar os rumos da educação no Brasil no contexto de pandemia de Covid-19 à luz das contribuições de Antonio Gramsci. Apresenta-se estruturado em três seções. Na primeira seção, revela os aspectos, mais gerais, do desdobramento da crise estrutural no seio do Estado Integral; na segunda, evidencia a dupla dimensão do Estado educador e a luta que trava no combate à covid-19; na terceira, apreende as medidas governamentais relativas à educação e os rumos da educação no contexto de crise sanitária. Nas considerações finais, retoma alguns poucos pontos do texto e aponta para desafio tático da classe trabalhadora.

Palavras-chave: Crise do capital. Crise sanitária. Estado. Educação

CRISIS DE CAPITAL, EDUCACIÓN Y MEDIDAS DE COYUNTURA: UN ANÁLISIS BAJO LA LENTE DE ANTONIO GRAMSCI**Resumen**

El texto tiene como objetivo analizar las direcciones de la educación en Brasil en el contexto de la pandemia Covid-19 a la luz de las contribuciones de Antonio Gramsci. Se estructura en tres secciones. En la primera sección, revela los aspectos más generales del desarrollo de la crisis estructural dentro del Estado Integral; en la segunda, destaca la doble dimensión del Estado educador y la lucha que lucha en la lucha contra el covid-19; en el tercero, se apodera de las medidas gubernamentales relacionadas con la educación y las orientaciones de la educación en el contexto de la crisis de salud. En las consideraciones finales, ocupa algunos puntos del texto y apunta al desafío tático de la clase trabajadora.

Palabras clave: Crisis de capital. Crisis de salud. Estado. Educación

¹ Artigo recebido em 06/10/2020. Avaliação em 18/10/2020. Aprovado em 04/11/2020. Publicado em 22/12/2020.

² Doutora e mestra em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF), com doutoramento intercalar na Universidade de Lisboa, professora da Faculdade de Educação da UFF e dos Programas de Pós Graduação em Educação (Lato Sensu e Stricto Sensu) da Universidade Federal Fluminense (UFF); Coordenadora do Grupo de Pesquisa Estado, Trabalho, Educação e Desenvolvimento: pensamento crítico latino-americano e tradutibilidade de Antonio Gramsci (GPETED) <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/239641>, Editora-Chefe da Movimento Revista de Educação (nov.2017—dez.2020), membro do Fórum da Gestão do Ensino Superior nos Países e Regiões de Língua Portuguesa, com sede em Lisboa, CV: <http://lattes.cnpq.br/8037763146233564>, ORCID iD: <http://orcid.org/0000-0002-7855-2484>, E-mail: zuleidesilveira@gmail.com

Introdução

O que acontece, não acontece tanto porque alguns querem que aconteça, mas porque a massa dos homens abdica da sua vontade, deixa fazer, deixa agrupar os nós que depois só depois a espada poderá cortar, deixa promulgar as leis que depois só a revolta fará anular, deixa exercer o poder a homens que depois só um motim poderá derrubar. A fatalidade que parece dominar a história não é mais do que a aparência ilusória desta indiferença, deste absentismo. Os fatos maturam na sombra; poucas mãos não vigiadas por nenhum controle, tecem a teia da vida coletiva, e a massa ignora porque não se preocupa. Os destinos de uma época são manipulados conforme as visões restritas, as finalidades imediatas, as ambições e as paixões pessoais dos pequenos grupos ativos, e a massa dos homens ignora-os porque não se preocupa [...] Odeio os indiferentes [...] Vivo, sou participante. Por isso, [...] odeio os indiferentes (GRAMSCI, 1976, EP., p. 121-2).

No Brasil, a social-democracia deu seus sinais de esgotamento nas Jornadas de Junho de 2013, veio sofrer um golpe parlamentar no ano de 2016 e foi preterida nas urnas das eleições de 2018. Sobem ao poder forças ultraconservadoras de traços fascistas; vivencia-se a perseguição às escolas e às universidades públicas; assiste-se à morte de Mariele Franco e à prisão de Lula da Silva; e amarga-se a disseminação das notícias falsas [*fake news*].

As atuais condições de crise estrutural do capital, os problemas do Estado Integral (sociedade política e sociedade civil) se complexificam e assolam diferentes dimensões do ser social. Há domínio com crise orgânica:

Se a classe dominante perde o consenso, ou seja, não é mais 'dirigente', mas unicamente 'dominante', detentora da pura força coercitiva, isto significa exatamente que as grandes massas se destacaram das ideologias tradicionais, não acreditam mais no que antes acreditavam etc. A crise consiste justamente no fato de que o velho morre e o novo não pode nascer: neste interregno, verificam-se os fenômenos patológicos mais variados (GRAMSCI, 2007, tb.3, §34, p. 184).

Diferentemente das revoluções passivas e suas gradações por meio do americanismo-fordismo que (re)aglutinam as frações de classes burguesas e “acolhem uma parte qualquer das exigências das classes subalternas e nelas engendram expectativas e esperanças” (Gramsci, 1975b, t.2, Q.10, §9, p. 1228 apud DEL ROIO, 2018, p. 236), no domínio com crise orgânica [na revolução-restauração], o aspecto da revolução se limita ao desenvolvimento da ciência e tecnologia como força produtiva, com destaque à inovação, e ao aprofundamento de sua irracionalidade destruidora da força de trabalho e da natureza (DEL ROIO, 2018, p. 237).

A respeito da relação metabólica entre o homem e natureza, que põe em risco a sobrevivência de todas as espécies de seres vivos, Marcos Pinheiro Barreto, afirma que,

agências estatais, empresas privadas e mesmo algumas organizações não governamentais mais pragmáticas, trabalham nos marcos de uma sustentabilidade conservadora, produzindo discursos e práticas oficiais, valorizando noções científicas e técnicas, como se fossem neutras, tratando os mecanismos de gestão ambiental (conselhos, leis, selos e mercadorias verdes) como um campo da ação preferencial de especialistas, conseqüentemente desvalorizando a participação mais efetiva da população (BARRETO, 2019, p. 63-64).

Marcado pela exacerbação da valorização financeira, pela retomada da força do dólar americano como meio internacional de pagamento, pelo aprofundamento do processo de centralização de capitais e pela velocidade da informação e comunicação automáticas, o domínio com crise orgânica (a revolução-restauração) descarta-se da hegemonia civil, engendrando conflitos, discrepâncias, desinteligências de toda ordem.

O Governo Trump inaugura uma polarização geopolítica no continente latino-americano. De um lado, assenta bases militares no Brasil e na Argentina, subordina o México a uma política externa agressiva, aprofunda a política de bloqueio à Cuba, amplia sanções e ameaças ao Governo Maduro, além de organizar o Grupo de Lima de modo a derrubar o governo venezuelano, alimentando-se de certo subimperialismo entreguista que garante a superexploração (MARTINS, [2020]). De outro lado, os movimentos das classes subalternas, embora sem organização e direção políticas e, por conseguinte, sem força o suficiente para sair-se vitoriosos, vêm oferecendo ameaça ao capital. Agudizam-se, assim, as forças políticas que abrem as possibilidades de revoluções e contrarrevoluções.

Neste contexto de crise estrutural do capital em sua temporalidade neoliberal, surgem algumas questões: (i) quais os desdobramentos da crise estrutural do capital na sociedade brasileira? (ii) nos que correm, é possível afirmar que o Estado educa para o consenso? (iii) quais os rumos da educação neste contexto de pandemia da Covid-19? (iv) Quais desafios estão postos à classe trabalhadora?

O texto tem como objetivo analisar os rumos da educação no Brasil no contexto de pandemia de Covid-19 à luz das contribuições de Antonio Gramsci e estrutura-se em três seções, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira seção, revela os aspectos, mais gerais, do desdobramento da crise estrutural no seio do

Estado Integral; na segunda, evidencia a dupla dimensão do Estado educador e a luta que trava no combate à covid-19; na terceira, apreende as medidas governamentais relativas à educação e os rumos da educação no contexto de crise sanitária. Nas considerações finais, retoma alguns poucos pontos do texto e aponta para desafio tático da classe trabalhadora.

1. Crise do capital, crise sanitária e a produção cultural da ignorância

O Brasil do século XXI, notável, de um lado, pela concentração de riqueza e assolado, de outro, pelo aumento exponencial da pobreza e da miséria, vem marcado por doenças como a malária, particularmente na região amazônica, e a tuberculose, mantida em grupos mais vulneráveis como os presidiários. Outras doenças, como a hanseníase, a raiva, o tracoma, a esquistossomose e a emergência de outras novas como a dengue, a zika e a Chikungunya, têm apresentado um número elevado de casos nos últimos dois anos. Também não se pode negligenciar o ressurgimento do sarampo, com aproximadamente 2,5 mil casos, e, ainda, a febre amarela, cuja última epidemia se arrasta desde o final de 2006 até este ano de 2020.

À estas doenças, de nível nacional, somam-se aquelas, de nível regional e internacional, de origem zoonóticas, causadas por vírus como: (i) o H1N1, descrito como gripe suína, intimamente relacionada à criação industrial de porcos; (ii) o Ebola, conhecido por febre hemorrágica Ebola, surgida devido à manipulação de carne crua de animais silvestres do continente africano; (iii) o Mers-Cov, chamado de síndrome respiratória do Médio Oriente que supostamente guarda relação ao uso de camelos, se difunde na península arábica; (iv) o Sars-CoV-2, identificado como síndrome respiratória aguda cuja doença é conhecida por Covid-19.

Segundo Sarah Gilbert, responsável pelo desenvolvimento da vacina de combate ao coronavírus, na Universidade de Oxford, a proliferação de doenças zoonóticas deve aumentar significativamente nos próximos anos devido à relação entre homem e natureza (LOVETT, 2020)³ neste contexto de irracionalidade da ideologia dominante.

³ <https://www.independent.co.uk/news/health/coronavirus-covid-19-disease-zoonotic-oxford-vaccine-professor-latest-a9694846.html> e <https://visao.sapo.pt/visaosaude/2020-09-01-covid-19-doencas-com-origem-em-animais-deverao-aumentar-diz-investigadora/>

Além das doenças zoonóticas, há que se considerar dois elementos importantes, quais sejam, a poluição ambiental (atmosférica, hídrica, dos solos, entre outras) e a renúncia à vacina. Tal renúncia, vem se manifestando nos denominados movimentos anti-ciência, como bem revela Camargo Jr. (2020).

[...] a resistência às vacinas tem um componente *antiestablishment*. O ceticismo e mesmo a desconfiança de fontes de informação tradicionais, como a ciência ou a medicina, leva à recusa sistemática de qualquer afirmação de tais fontes. A desconfiança de tudo o que diz respeito à medicina está frequentemente associada à ideia de que apenas os interesses econômicos, muitas vezes velados, são os únicos determinantes das decisões dos especialistas de saúde.



Fotografia 1 – Movimento anti-vacinação. Autor: montagem própria. Fontes: SECOM (2020); AARONOVITCH (2020)⁴.

Isto quer dizer que, as questões contemporâneas em torno da saúde coletiva estão para além da crise sanitária; crise esta que se manifesta no ressurgimento de antigas doenças, tidas como superadas, e nas emergentes doenças. Elas estão relacionadas às formas expansionistas do capital e seu correlato, o aprofundamento das expropriações primárias e secundárias de toda ordem⁵.

1.1. Qual Crise?

Em curso desde a década de 1970, a crise estrutural rastejante do capital possui caráter universal, caráter global, escala de tempo permanente e seu modo de

⁴ Disponíveis, respectivamente, em: <https://twitter.com/secomvc/status/1300838424526626820> e <https://www.theaustralian.com.au/search-results?q=anti-vax>

⁵ Sobre os processos de expropriações na fase atual do capitalismo, ver Fontes (2010; 2017).

se desdobrar desvela que a tripla dimensão interna da autoexpansão do capital tem como barreira os limites da condição de reproduzir a vida humana (MÉSZÁROS, 2006, p. 795-6).

A análise de um período histórico, tal como experienciamos nesta temporalidade neoliberal, requer do investigador, segundo Gramsci (2007), distinguir os movimentos orgânicos, relativamente permanentes, dos movimentos conjunturais, que se apresentam como ocasionais, imediatos, o que permite capturar as grandes modificações históricas.

Às vezes, uma crise prolonga-se por dezenas de anos. Esta duração excepcional significa que se revelaram (chegaram à maturidade) contradições insanáveis na estrutura e que forças políticas que atuam positivamente para conservar e defender a própria estrutura esforçam-se para saná-las dentro de certos limites e superá-las. (GRAMSCI, 2007, CC. 13, §17, p. 37)

E, continua Gramsci no sentido de evidenciar que a crise estrutural, tal como a experienciamos nesta temporalidade neoliberal, abre espaço para um processo de radicalização crescente das lutas de classe devido às dificuldades enfrentadas pela classe dominante para solver as diferentes contradições que se manifestam em todas as dimensões da sociedade.

Tal processo de radicalização, ao possibilitar a organização de uma frente ampla de trabalhadores (da cidade e do campo), impulsiona as lutas de classes até o momento decisivo, de cada situação histórico-particular, seja da restauração e renovação da hegemonia burguesa⁶, seja da revolução socialista.

Estes esforços incessantes e perseverantes (já que nenhuma forma social jamais confessará que foi superada) formam o terreno do 'ocasional', no qual se organizam as forças antagonistas que tendem a demonstrar (demonstração que em última análise, só tem êxito e é 'verdadeira' se se torna nova realidade, se as forças antagonistas triunfam, mas que imediatamente se explicita numa série de polémicas ideológicas, religiosas, filosóficas, políticas, jurídicas, etc. cujo caráter concreto pode ser avaliado pela medida em que se tornam convincentes e deslocam o alinhamento preexistente das forças sociais) que já existem as condições necessárias e suficientes para que determinadas tarefas possam e, portanto, devam ser resolvidas historicamente (devam, já que a não realização do dever histórico aumenta a desordem necessária e prepara catástrofes mais graves) (GRAMSCI, 2007, CC 13, §17, p.37)

Este contexto de “contradições insanáveis na estrutura” engendra a crise orgânica, cuja dimensão político-ideológica se sobrepõe às crises econômicas,

⁶ A restauração e renovação da hegemonia burguesa ocorre por mediação de revoluções passivas, como o americanismo-fordismo e o fascismo), ou de contrarrevolução.

mesmo que essas possam favorecer golpes de Estado tal como aconteceu no Brasil, em 2016.

Ocorre quase sempre que um movimento ‘espontâneo’ das classes subalternas seja acompanhado por um movimento reacionário da ala direita da classe dominante, por motivos concomitantes: por exemplo, uma crise econômica determina, por um lado, descontentamento nas classes subalternas e movimentos espontâneos de massa, e, por outro, determina complôs de grupos reacionários que exploram o enfraquecimento objetivo do Governo para tentar golpes de Estado (GRAMSCI, 2007, tb.3, §48, p. 197).

No plano supraestrutural ou político-ideológico, a crise orgânica se manifesta como uma “crise de autoridade” na medida em que a classe dominante perde o consenso e a capacidade de dar a direção política mantendo, porém, o domínio escudado pelo aparato policial e militar.

Na região latino-americana, governos que retomaram o alinhamento direto com os EUA, como Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Peru, ao enfrentar os movimentos dos trabalhadores, apresentam dificuldades para manterem-se no poder, devido não apenas à ausência de projetos nacional-populares, mas também à violência policial, que vem ceifando vidas quando não deixa homens, mulheres, jovens e crianças mutilados, e aos ataques à moral dos trabalhadores, sobretudo, os dos setores da educação e da saúde.

O fenômeno se manifesta segundo as lutas de classe internas à cada país.

O processo é diferente em cada país, embora o conteúdo seja o mesmo. E o conteúdo é a crise de hegemonia da classe dirigente, que ocorre ou porque a classe dirigente fracassou em algum grande empreendimento político para o qual pediu ou impôs pela força o consenso das grandes massas (como a guerra), ou porque amplas massas (sobretudo de camponeses e de pequenos burgueses intelectuais) passaram subitamente da passividade política para uma certa atividade e apresentam reivindicações que, em seu conjunto desorganizado, constituem uma revolução. Fala-se de ‘crise de autoridade’: e isso é precisamente a crise de hegemonia, ou crise do Estado em seu conjunto (GRAMSCI, 2007, CC 13, §23, p. 60).

No Brasil, a crise de hegemonia vem marcada por um governo representativo do movimento **anticiência** e do fundamentalismo religioso que, ao desafiar intelectuais singulares e coletivos de todas as áreas do conhecimento (Ciências Exatas e da Terra, Ciências Biológicas, Engenharia / Tecnologia, Ciências da Saúde, Ciências Agrárias, Ciências Sociais, Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes), engendra um movimento, denominado por Miguel (2020), de “**produção cultural da ignorância**”.

Tal **produção cultural da ignorância** se desenvolve, com o apoio de intelectuais orgânicos do bloco de poder e aparelhos hegemônicos, em uma dinâmica contínua de “corrosão do caráter” (SENNET, 2012) e, sobretudo, de ataques à escola e à universidade públicas.

Sob a vulgata do marxismo cultural e da doutrinação ideológica perpetrada pelo olavismo e pelo bolsonarismo por mediação do aparato tecnológico da informação e da comunicação, a **produção cultural da ignorância**, evidencia a agudização de forças políticas em torno da (contra)reforma intelectual, moral e cultural e, também, da (con)formação dos sujeitos em sociedade, de “alto a baixo”, particularmente dos “grupos subalternos” (GRAMSCI, 2001a, CC. 11, §12, p. 106-7), do que a cultura popular e a educação popular fazem parte.

Afinal, conforme Antonio Gramsci, um modelo de acumulação somente funciona a contento se, todos em sociedade, ou senão em sua maioria, se comportam com tal (GRAMSCI, 2001c, CC.22, p. 239-282)

2. O Estado educa para o consenso

A produção cultural da ignorância em meio à crise sanitária acirra o “neofascismo” (BOITO Jr., 2020) e possibilita a construção de teorias conspiratórias de uma guerra biológica e um suposto ataque à economia brasileira por meio de um bloco que seria orquestrado pela China, OMS, governadores de estado entre intelectuais singulares e coletivos que defendem o isolamento social para reverter os males trazidos pela Covid-19.

Ao difundir notícias falsas, promover desinformação sobre uma possível cura da doença com o uso do fármaco hidroxicloroquina, incentivar manifestações, de base pequeno-burguesa, que pleiteiam o fechamento do Congresso e do Supremo Tribunal Federal e, sobretudo, repudiar questões sobre o aparente e exponencial aumento de mortes, Jair Messias Bolsonaro deixa transparecer o caráter de classe, raça e gênero da crise sanitária, o que incide mediata e imediatamente da educação.

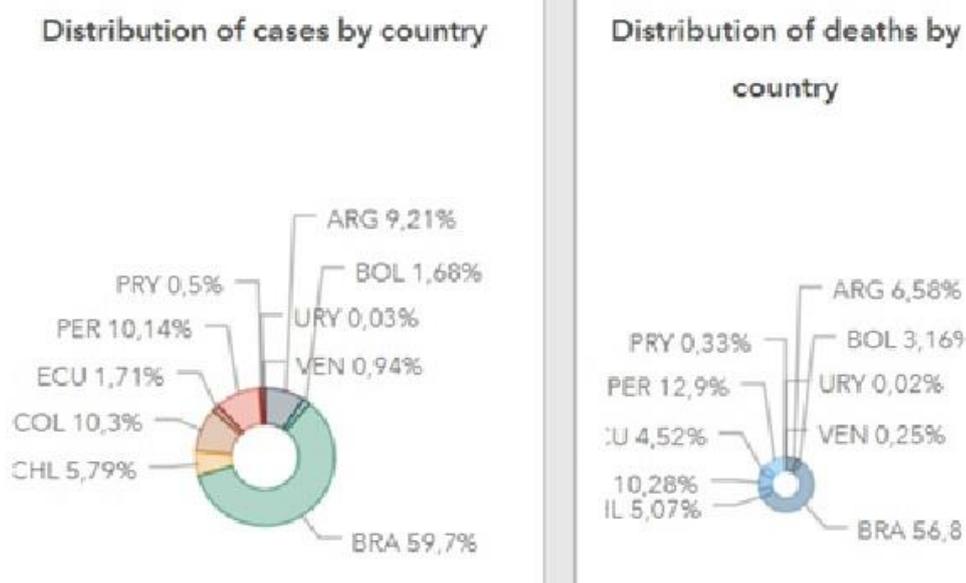
Segundo colocado no ranking mundial de mortes, o Brasil registra mais de 146 mil óbitos e aproximadamente 5 milhões de casos de Covid-19⁷. No entanto, Jair

⁷ Dados coletados em 04/10/2020. Fonte: Organização Pan Americana e Saúde (OPAS). Disponível em <https://paho-covid19-response-who.hub.arcgis.com/pages/paho-brazil-covid-19-response> . Acesso em 04/out./2020.

Bolsonaro, desde o mês de março, vem banalizando a pandemia e desqualificando as orientações das autoridades no assunto (brasileiras e internacionais) quanto ao isolamento social e ao uso de máscara, engendrando um dilema de cunho político, econômico e ideológico entre vidas e economia de mercado.

Os gráficos a seguir não deixam dúvidas quanto a posição do Brasil como epicentro da pandemia na região.

Gráficos 1 e 2



Gráficos 1 e 2 - Distribuição de casos e de mortes, respectivamente, nos países da América do Sul. Autor: Organização Pan Americana e Saúde (OPAS). Fonte: OPAS⁸.

O capital se articula em uma rede de contradições, em cuja raiz encontra-se entre capital (estatal e privado), trabalho e educação (formal e não formal), além de imperialismo e dependência; produção e destruição da natureza (incluído o trabalho vivo); produção, consumo e distribuição; desenvolvimento das forças produtivas, desemprego e formas precarizadas de trabalho; produção de riqueza e generalização da miséria; aumento do fundo público e expropriação dos direitos sociais e subjetivos; necessidade de produção do consenso e tomadas autoritárias de decisão; produção do conhecimento científico-tecnológico, folclore, religiosidade e senso comum.

É operando sobre estas contradições que o Estado cria a “opinião pública” e “educa para o consenso” (GRAMSCI, 2007, v.3, CC. §83, p. 265).

⁸ Disponível em: <https://paho-covid19-response-who.hub.arcgis.com/pages/paho-south-america-covid-19-response> . Acesso em 02/out./2020.

Como é sabido, o estudo realizado por Gramsci sobre os intelectuais leva a certas determinações do conceito de Estado (GRAMSCI, 2011, LC 83, p. 264), qual seja, ele (o Estado) é tido como equilíbrio entre sociedade política – um aparelho hegemônico que, além de coercitivo, contribui para construção e/ou a manutenção do consenso no seio mesmo do aparelho estatal, como, hoje, a câmara dos deputados, o senado, os tribunais superiores (STF, STJ, TST, TSE, STM), os ministérios e suas correlatas secretarias de Estado) e os organismos da sociedade civil – também aparelhos hegemônicos –, vulgarmente chamados de privados como, a igreja, as entidades de classe, partidos políticos, as instituições da rede particular de ensino, o setor editorial, e os de comunicação e informação, nos quais parcelas significativas de intelectuais exercem suas atividades (GRAMSCI, 2007, CC, v. 3, §47, p. 119; 265).

Neste contexto de pandemia de Covid-19, o Estado Integral, atravessado pela luta em torno da construção de hegemonia, surge duplamente dimensionado como educador. De um lado, em sua dimensão positiva, organismos da sociedade civil, tendo por base o compromisso ético, voltam-se para o desenvolvimento da ciência e tecnologia, da saúde, da educação e da cultura, junto à classe trabalhadora, ao mesmo tempo em que lutam para manter a autonomia, ainda que relativa, em relação à classe dominante, ao bloco de poder.

As fotografias nº 2 e nº 3 bem revelam o momento de disputas em torno das “trincheiras”, ainda que sejam obrigadas a estampar o logotipo de campanha do atual governo.

Covid-19 Novo Coronavírus VOCÊ SABIA?

Idealização: Residentes de Enfermagem Obstétrica (R1) do IFF/Fiocruz

1 Transmissão



2 Sintomas



3 Precaução



Fotografia 2 – Materiais informativos. Autor: IFF/Fiocruz. Idealização: residentes de enfermagem em obstetrícia do IFF/Fiocruz. Fonte: Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz): Coronavírus/Covid-19- Material para download⁹

Nova orientação para máscaras caseiras

A Organização Mundial da Saúde (OMS) divulgou um guia atualizado com orientações sobre a utilização de máscaras no contexto da COVID-19. A máscara deve ter no mínimo três camadas de tecido fabricada da seguinte forma:

- Algodão**
Camada mais interna, para absorver a umidade
- Tecido sintético**
Camada intermediária, para agir como um filtro
- Poliéster**
Camada externa, com material resistente à água (impedindo a entrada ou saída de gotículas de saliva)

No entanto, o uso de máscara por si só é insuficiente para fornecer um nível adequado de proteção e seu uso deve sempre ser acompanhada por higienização das mãos frequente e distanciamento físico.

Fotografia 3 – Materiais informativos. Autor: INCT/Fiocruz. Fonte: PortalFundação Oswaldo Cruz (Fiocruz): Coronavírus/Covid-19- Material para download¹⁰

⁹ Disponível em <https://portal.fiocruz.br/coronavirus/material-para-download>

¹⁰ Disponível em <https://portal.fiocruz.br/coronavirus/material-para-download>

De outro, em sua dimensão negativa, a grande mídia, particularmente os telejornais, contextualiza e confronta dados da realidade de forma seletiva, isto é, revelam enquanto escondem os dados concretos da realidade, contribuindo, assim, para a **produção cultural da ignorância**. Não sem razão, Gramsci guarda apreensão com a possibilidade de a classe trabalhadora solidarizar-se com a imprensa burguesa à medida que essa, seja qual for a sua cor, é

[...] um instrumento de luta movido por ideias e interesses que estão em contraste com os seus. Tudo o que se publica é constantemente influenciado por uma ideia: servir a classe dominante, o que se traduz sem dúvida num fato: combater a classe trabalhadora (GRAMSCI, EP., 1976, p. 95).

Ao mesmo tempo, no âmbito da sociedade política, o aparelho hegemônico intensifica a sua ação seja por meio da secretaria de comunicação da presidência da república, seja na figura daquele que, ainda nos limites de uma democracia republicana, deveria pelo menos em nível da aparência fenomênica defender os interesses gerais da população.



Fotografia 4 – Campanha do governo federal. Autor: Secretaria de Comunicação da Presidência da República. Fonte: UOL Notícias [online]¹¹.

¹¹ UOL Notícias [online]. Após divulgar campanha nas redes, Planalto nega campanha vetada por liminar, publicado em 28/mar./2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/03/28/apos-divulgar-campanha-nas-redes-planalto-nega-campanha-vetada-por-liminar.htm> . Acesso em: 03/out./2020.

A fotografia nº 4 acena para o fim do isolamento social com o objetivo de produzir o consenso em torno da ideologia da valorização do trabalho e da fantasmagoria de um país produtivo e consciente de seu lugar no mundo. Daí, é possível afirmar a superioridade do mercado em detrimento da vida de trabalhadores.



Fotografia 5 – Campanha presidencial minimiza a pandemia de Covid-19.
Autor: desconhecido. Fonte: Jornal Online do Amazonas Atual¹²

A fotografia nº 5, alusiva à campanha empreendida por Jair Bolsonaro, busca minimizar as consequências letais da Covid-19 equiparando-a a uma gripezinha, cuja cura viria pelo uso da cloroquina e da hidroxicloroquina.

Sem sombra de dúvida, do cárcere Gramsci não se descarta dos ares educativo e cultural da ditadura fascista de Mussoloni, espriados pela sociedade civil e, por conseguinte, não perde de vista a relação entre senso comum e hegemonia. Afinal, o curso oferecido pela Escola de Cultura e Propaganda Socialista, uma experiência do que hoje chamaríamos de educação popular/educação de jovens e adultos, havia sido bem sucedida e revelou o desejo de aprender e entender a realidade (GRAMSCI, 1977, EP., p. 97-8). O problema encontrava, exatamente, na visão fragmentada e estreita da classe dominante sobre a classe trabalhadora, colocando em risco o

¹² A foto foi divulgada junto à matéria de Camila Mattoso, intitulada Senador quer que Bolsonaro pague custos de produção de cloroquina, publicada no jornal Amazonas Atual [online], em 04/ago./2020. Disponível em <https://amazonasatual.com.br/senador-quer-que-bolsonaro-pague-custos-de-producao-de-cloroquina/>. Acesso em 03/10/2020.

trabalho empreendido nos conselhos de fábrica, nos cursos de educação popular, e na produção de artigos, publicados em revista e jornais, cujo conteúdo buscava elevar o nível político, social e cultural dos trabalhadores.

Esta visão burguesa distorcida da realidade foi explicitada em artigo publicado em *L'Ordine Nuovo*, de 27/12/1919.

Infelizmente os operários e os camponeses foram considerados durante muito tempo como crianças que têm necessidade de serem sempre guiadas, na fábrica e no campo, pelo punho de ferro do patrão, aplicado sobre a nuca, na vida política pela palavra retumbante e melíflua dos demagogos encantadores. No campo da cultura, portanto, operários e camponeses foram e são ainda considerados, pela maior parte, como tuna massa de negros que pode facilmente contentar-se com material de pacotilha, pérolas falsas e restos, reservando para os eleitos os diamantes e as outras mercadorias de valor. Não há nada mais inumano e antissocialista do que esta concepção. (GRAMSCI, 1977, EP., p. 105-106)

É por esta razão que, no cárcere, Gramsci remete para a **opinião pública** como elemento forjado por intelectuais singulares e intelectuais coletivos irresponsáveis, “autênticos bandos de mercenários ideológicos” (GRAMSCI, 2002, CC 19, v. 5, § 5, p. 38). Ela pavimenta o terreno ideológico para o **aparelho hegemônico** tornar concreta a concepção de mundo que pretende implantar. Também encontra sua realização no solo fértil do senso comum, denominado por Gramsci de “filosofia vulgar”: “no **senso comum** destacam-se as características difusas e dispersas de um pensamento genérico de uma certa época em um certo ambiente popular” (GRAMSCI, 2001a, CC 11, v. 1, §12, p. 100-1) que, como nos dias que correm, nega a ciência e despreza a aquisição do conhecimento produzido social, cultural e historicamente, sistematizado pela educação formal.

Finalizando esta seção, vale repetir, mesmo sob pena de ser redundante, que, no Brasil do governo Bolsonaro, o Estado educador possui duas dimensões: uma na perspectiva da (de)formação e outra no sentido da formação ético-político-cultural.

De um lado, o Estado, ao buscar construir a hegemonia política em torno de uma ação pouco popular, cria preventivamente a opinião pública adequada. Organiza, assim, certos elementos da sociedade civil sob seu despotismo central (GRAMSCI, 2007, v.3, tb. 7, § 80, p. 265). De outro, o Estado é ético na medida em que uma de suas funções mais importantes é elevar a grande massa da população a um determinado nível cultural e moral que corresponda às necessidades do desenvolvimento das forças produtivas, embora não deixe de ser do interesse das

classes dominantes, particularmente no que diz respeito à privatização da coisa pública, em geral, e do conhecimento, em particular.

Nesta dinâmica, encontram-se as universidades públicas, as Fundações de Apoio (FAPs estaduais), a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) – referência nas Américas no estudo sobre a Covid-19 –, e do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Vacinas (INCTV), os CEFETs e IFFs – instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

3. A crise da educação: o que fazer?

Sendo uma forma de relação social que envolve diferentes sujeitos (homens, mulheres, jovens e crianças), de carne e osso, segundo as classes sociais e respectivas frações de classe, gênero, etnia, raça e naturalidade, o capitalismo brasileiro possui uma especificidade tal que, se manifesta de modo dependente, associado, subordinado, exportador, concentrador e excludente (FERNANDES, 1973; IANNI, 1988; MARINI, 1993, 1997, 2000; SANTOS, 2018).

Aqui, abre-se um parêntese para retomar a questão do fascismo sem, no entanto, pretender aprofundar o debate na medida em que o tema tem sido abordado por historiadores e por cientistas políticos em *lives* (ao vivo), em conferências online e publicações. Busca-se apenas incorporar as contribuições de Theotônio Dos Santos sobre a viabilidade e as características do **fascismo dependente** na América Latina.

Com Dos Santos (2018), é possível apreender no Brasil hodierno a chegada ao poder de um movimento fascista de forma subordinada que não consegue instaurar um Estado fascista, mas tão somente formas parciais desse Estado. É neste sentido que Armando Boito Jr. (2020) caracteriza o bolsonarismo como neofascismo.

Segundo Dos Santos, o fascismo somente se converte em uma força capaz de chegar ao poder e nele permanecer quando atrai o interesse e o apoio do grande capital; o movimento fascista cumpre o papel de regenerador do capitalismo porque expressa exatamente os temores, os desejos, as ambições e os valores pequeno-burgueses; esses valores servem ao grande capital em função do anticomunismo que professam e da ânsia por liderança autoritária capaz de unificar pela violência uma classe desorganizada em suas relações políticas, econômicas e sociais; e, permitem justificar a repressão ao comunismo e à revolução – repressão ainda mais aceitável

para um pequeno-burguês que odeia o proletariado por ser menos culto, mais bruto e mal vestido (DOS SANTOS, 2018, p.87). Nesta perspectiva, o neofascismo não deixa de ser uma expressão extrema dos elementos constitutivos da ordem neoliberal nos limites de uma democracia blindada. Fecha-se parêntese.

Daí que, o nacionalismo de Bolsonaro não passa de mera retórica. Eis que, ocorre o aprofundamento da desindustrialização e desnacionalização, fenômenos analisados, anteriormente, em Silveira (2010). A política macroeconômica não se modifica, o fluxo de entrada de capital estrangeiro é vertiginoso, o aumento dos preços da commodities favorecem a exportação de produtos primários, incentivando o agronegócio, enquanto o investimento no setor industrial de base está abandonado; setores como os de fármacos, de química fina, de informática e de microeletrônica encontram-se nas mãos de oligopólios estrangeiros; o leilão da cessão onerosa de campos petrolíferos, a liquidação da BR refinaria, a venda e o desmembramento da Embraer, são todos manifestação dos processos de desindustrialização e desnacionalização que incidem de forma mediata na educação e, por conseguinte, na produção de pesquisa básica.

Com uma política macroeconômica nestes moldes, o governo Bolsonaro não tem outro projeto para a educação senão o corte de verbas, o que de certo modo se manifesta na Reforma Administrativa enviada ao Congresso Nacional por meio da PEC nº 32/2020. Em termos de produção do conhecimento/produção de C&T, a PEC nº 32/2020 atualiza os termos da Lei da Inovação (Lei nº 10.973/2004) e do Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação (Lei nº 13.243/2016) na medida em que prevê compartilhamento de espaço físico e de pessoal sem contrapartida.

Em meio as contradições antes citadas, Instituições como as universidades, os institutos federais, os cefets, as escolas agrotécnicas, os colégios de aplicação e o Colégio Pedro II, EPSJV portam reconhecimento social e histórico pelo fato de a oferta formativa se pautar no tripé ensino, pesquisa e extensão, sendo seus Projetos Político-Pedagógicos executados sob a autonomia administrativa, financeira e didática.

Deste modo, a autonomia das instituições de ensino não pode ser entendida como um atributo de aproximação subserviente ao interesse da burguesia brasileira e tampouco da estrangeira como pretende o Programa Universidade e Institutos Empreendedores e Inovadores, denominado FUTURE-SE no PL nº 3.076/2020.

No texto intitulado Ensino Remoto – Porque Dizemos Não, Juliana Iglesias Melin e Lívia de Cássia Godoi Moreira, ambas professoras da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), esclarecem que, os recursos orçamentários adicionais serão condicionados a “contrato de resultado”, baseado em índices e avaliações (não muito claras) e poderão abranger projetos de produção, fornecimento e comercialização de insumos, produtos e serviços, em território nacional ou no exterior. Deverão estabelecer conteúdos de propriedade intelectual, empreendedorismo e inovação de forma transversal nas matrizes curriculares em todos os níveis de formação acadêmica. Docentes, discentes e corpo técnico deverão apresentar potencialidades para responder às necessidades do setor empresarial. Nova política de acreditação de cursos feitos online contribuirá para o aligeiramento da certificação e o esvaziamento dos espaços da universidade. O Future-se incorpora a criação de mecanismos de cessão de uso, concessão, comodato, fundos de investimentos imobiliários e outros, o que possibilita às empresas privadas nomear (naming rights) os espaços para “exploração econômica de nome ou de marca”. As fundações de apoio serão as responsáveis pelo referido “contrato de resultado”. Assim, o Future-se e o ensino à distância aparecem como a solução mercantil para os antigos e novos desafios da educação pública brasileira (MELIN; MORAES, 2020).

De caráter produtivista, o ensino remoto não apenas expropria o direito à educação como elemento concreto da totalidade social, mas também torna o trabalho docente precário na direção do desmonte da escola e da universidade públicas. Sob a discussão de caráter circular que busca estabelecer diferenças conceituais entre ensino a distância e ensino remoto, o imperativo da transposição do ensino presencial e do estágio obrigatório para atividades remotas vem se fortalecendo e se ampliando em todos os níveis da educação básica e da educação superior, desconsiderando por completo o debate público entre professores, estudantes, pais e responsáveis.

Obviamente, o presente é resultado de um processo histórico. Já nos anos de 1990 nos deparávamos com o ideário da educação como bem público passível de comercialização, particularmente se mediada pelo aparato da informação e comunicação automática como as plataformas Zoom, Google e Moodle, entre outras. Não sem razão, grandes grupos empresariais tomaram para si a educação pública como responsabilidade sua, disputando não apenas espaço na sociedade política,

nas esferas municipal, estadual e federal, e marcando presença nos organismos supranacionais, mas também, e sobretudo, pleiteando o fundo público.

Nos limites deste ideário, a Portaria nº 2117/2019 do MEC veio introduzir a flexibilização da carga horária dos cursos de graduação presenciais, à exceção do curso de Medicina, tornando opcional a oferta de até 40% da carga horária na modalidade de EAD. Possivelmente, no pós-pandemia, a implantação desta medida encontrará pouca resistência à sua aplicação porquanto o Parecer CNE/CP nº 5/2020, que dispõe sobre a reorganização do calendário escolar para este ano letivo, em curso, pode ser visto como mecanismo experimental de conformação psicofísica e estratégico para a obtenção do consenso.

É possível apreender que, “o Estado é todo complexo de atividades práticas e teóricas com as quais a classe dirigente não só justifica e mantém seu domínio, mas consegue obter o consenso ativo dos governados” (GRAMSCI, 2007, CC 15, §10, p. 330-1). Portanto, mesmo em meio à crise de hegemonia, a classe dirigente ainda porta certa capacidade de obter o consenso, como é o caso do atual governo Bolsonaro.

Para intelectuais orgânicos do capital e afinados com os organismos supranacionais¹³, a crise sanitária abre a oportunidade para (contra)revolucionar a educação por meio da EAD, repensar os modelos de ensino ajustando-os à realidade diferenciada, ativa e colaborativa. Como a produtividade, a inovação, o empreendedorismo e a EAD são elementos essenciais à reprodução e à acumulação do capital, intelectuais coletivos com o Movimento Todos pela Educação, o Instituto Unibanco, a Fundação Lehman, a Fundação Bradesco, a Fundação Telefônica Vivo, o Instituto Natura, o Itaú Social, entre outros grupos empresariais, vêm se apoiando nas recentes orientações tecnocratas da UNESCO, OCDE, Banco Mundial e UNICEF quanto à reabertura das escolas¹⁴.

Ao que tudo indica, as entidades combativas e representativas da classe trabalhadora, provavelmente, tensionarão todo aparato político-ideológico-

¹³ Sobre o movimento de intelectuais entre Estado Integral e organismos supranacionais, ver Silveira (2020b).

¹⁴ São quatro os documentos basilares: *Framework for reopening of schools*/Marco de ação e recomendação para a reabertura das escolas, produzido pela UNESCO, UNICEF, Banco Mundial e Programa Mundial de Alimentos, *Interim Guidance for Prevention and Control of Covid-19 in schools*/Orientação provisória para prevenção e controle da Covid-19 nas escolas, produzido pela UNICEF, OMS e IFRC; 6º Webinar sobre educação: reabertura das escolas, produzido pela UNESCO; *Guidance on Reopening Schools and Education Institutions* (Orientação sobre a reabertura de escolas e instituições de ensino), produzido pela *Education Internacional*.

institucional construído em torno da EAD. Chama à atenção, o tema da 17ª Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia – Inteligência Artificial: A Nova Fronteira da Ciência Brasileira, a ser realizada por meio de plataformas digitais, neste mês de outubro de 2020, tendo como objetivo aproximar a ciência e tecnologia da população.

Gramsci, no segundo parágrafo do Caderno 12, ao revelar o princípio educativo do trabalho na escola, parte de seu interior para analisá-la à luz da prática social. Põe em evidência o surgimento da escola nova a partir das contradições insolúveis da escola tradicional. Aquela, apesar de nova, já nasce arcaica na medida em que a multiplicidade de ofertas formativas, sem a necessária base científico-tecnológica, histórico-social e cultural, tende a perpetuar as diferenças educacionais sob a aparência de uma escola democrática.

Hoje, no Brasil, este fenômeno não é muito diferente, embora se manifeste sob outras formas. Desde os anos 1990, o sistema educacional brasileiro tornou-se, cada vez mais, complexo e articulado. Ampliou-se o leque de ofertas formativas, em todos os níveis e modalidades de ensino, hierarquizou-se as instituições de ensino segundo os ramos do saber, a oferta e a duração dos cursos. Esta totalidade, articulada e marcada por contradições entre capital, trabalho e educação, opera sob a envergadura da educação tecnológica, cuja concepção se materializa na formação de uma capacidade de trabalho socialmente combinada interessada, mediata e imediatamente, ao capital (SILVEIRA, 2020a, p. 112).

Desse modo, as diferenças educacionais aprofundam-se, particularmente neste período de pandemia que requer o uso intensivo de internet, aparelhos de telefonia móvel, computador, aplicativos etc., que camadas mais empobrecidas da classe trabalhadora não possuem.

Na escola atual, em função da crise profunda da tradição cultural e da concepção da vida e do homem, verifica-se um processo de degenerescência [...] O aspecto mais paradoxal reside em que este novo tipo de escola aparece e é louvada como democrático, quando, na realidade, não só é destinado a perpetuar as diferenças sociais, como ainda a cristalizá-la em formas chinesas (GRAMSCI, 2001b, CC. 12, § 2, p. 49).

Ora, se o velho morreu e o novo não pode nascer, como destruir estes fenômenos patológicos?

Se se quer destruir esta trama, portanto, não se deve multiplicar e hierarquizar os tipos de escola preparatória (primária-média) que conduza o jovem até os umbrais da escolha profissional [já na educação superior], formando-o, durante este meio tempo, como pessoa capaz de pensar, de

estudar, de dirigir ou de controlar que dirige (GRAMSCI, 2001b, CC. 12, § 2, p. 49).

Considerações finais

Para finalizar, gostaria de enfatizar que, as desmedidas aqui elencadas, desde a banalização da pandemia, do sofrimento e da perda de vidas, a produção cultural da ignorância, passando pelo entreguismo do atual fascismo de caráter associado, subalterno e dependente, até as mencionadas contrarreformas administrativas e educativas, põem-nos, sujeitos da classe trabalhadora, um desafio que, segundo Theotonio Dos santos, é um desafio tático, qual seja: hoje, tanto quanto nas décadas de 1960 e 1970 quando os governos ditatoriais faziam a América Latina sangrar, encontramos-nos mergulhados no dilema socialismo ou fascismo. Como o governo Bolsonaro se apresenta como farsa da socialdemocracia que o antecedeu, o desafio da classe trabalhadora, ou das classes subalternas, está em compreender a unidade necessária e intrínseca entre as tarefas democráticas e anti-imperialistas e as tarefas socialistas, bem como apreender que seu sucesso está condicionado à sua capacidade de conduzir o processo sem se comprometer com alianças espúrias, enfrentando a política do pânico, a repressão às entidades representativas da classe trabalhadora e a máquina de notícias falsas, lutando contra o fascismo e os monopólios (DOS SANTOS, 2018).

Referências

AARONOVITCH, David. *Coronavirus: anti-vax are the biggest threat to our health*. **The Australian**. 10/sep/2020. Disponível em <https://www.theaustralian.com.au/search-results?q=anti-vax>. Acesso em 02/out./2020.

BARRETO, Marcos Pinheiro. **Educação e meio ambiente: a urgência de uma utopia vermelha e verde**. In: SILVEIRA, Zuleide S.; DUARTE, Luiz Claudio. A contribuição do pensamento latino-americano: resistir e transformar do lado de cá [E-Book]. Urberlândia: Navegando Publicações, 2019. Disponível em: <https://www.editoranavegando.com/livro-e-possivel-resistir>. Acesso em 02/out./2020.

BOITO Jr., Armando. Por que caracterizar o bolsonarismo como neofascismo. **Crítica Marxista**, Campinas, SP, n.50, p.111-119, 2020.

BRUM, Argemiro. **O Desenvolvimento econômico brasileiro**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1982.

CAMARGO Jr., Kenneth Rochel de. Lá vamos nós outra vez: a reemergência do ativismo antivacina na Internet. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 36, supl. 2, e00037620, 2020. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2020001403001&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 01/ out./2020.

DEL ROIO, Marcos. **Gramsci e a emancipação do subalterno**. São Paulo: Unesp, 2018.

DOS SANTOS, Theotônio. **Socialismo ou fascismo: o novo caráter da dependência e o dilema latino-americanos**. Florianópolis: Editora Insular, 2018.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1973.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

FONTES, Virginia. Capitalismo em tempos de uberização: do emprego ao trabalho. Disponível em <http://www.niepmarx.blog.br/revistadoniep/index.php/MM/article/view/220/177> . Acesso em 01/ out./ 2020.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere. v.1. Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce**. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001a.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere. v.2. Os intelectuais e o princípio educativo. Jornalismo**. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001b.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere. v.3. Maquiavel; Notas sobre o Estado e a política**. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere. v.4. Temas da cultura. Ação Católica. Americanismo e fordismo**. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001c.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere, v.5. Il Risorgimento – notas sobre a história da Itália**. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GRAMSCI, Antonio. Carta nº 83, de 7 de setembro de 1931. **Cartas do Cárcere. Antologia**. Estaleiro Editora [Online], 2011.

GRAMSCI, Antonio. Indiferentes. **Escritos políticos (1910- 1919)**. Lisboa, Pt.: Seara Nova, 1976.

GRAMSCI, Antonio. A escola de cultura. **Escritos políticos (1919- 1920)**. Lisboa, Pt.: Seara Nova, 1977.

GRAMSCI, Antonio. Estudos “difíceis”. **Escritos políticos (1919- 1920)**. Lisboa, Pt.: Seara Nova, 1977.

IANNI, Otávio. **Dialética e capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1982.

LOVETT, Samuel. Coronavirus: Threat is rising of diseases passed from animals, warns Oxford vaccine professor. **Independen**, Reino Unido, Sunday, 30/Aug./2020.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. Petrópolis, RJ: Vozes; Buenos Aires: CLASO, 2000.

MARINI, Ruy Mauro. **Dos momentos en la integración latinoamericana**. Arquivo Rui Mauro Marini: Canadá, 1993. Disponível em: http://www.marini-escritos.unam.mx/021_integracion_es.htm. Acesso em 02/out./2020.

MARINI, Ruy Mauro. La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo. *In: Cuadernos Políticos* n. 12, Ediciones Era, México, abr./jun., 1977. Disponível em: <http://www.marini-escritos.unam.mx>. Acesso em 02/out./2020.

MARTINS, Carlos Eduardo. O Brasil na geopolítica mundial da Covid-19 e do caos sistêmico. **Blog da Boitempo, 2020. Publicado em 09/04/2020**. Acesso em 01/out/2020

MELIN, Juliana Iglesias; MORAES, Lívia de Cássia Godoi. Ensino remoto – porque dizemos não. **Associação de Docentes da Universidade Federal do Espírito Santos (ADUFES)** [online], publicado em 16/jun./2020. Disponível em: <http://adufes.org.br/portal/noticias/37-adufes/3498-ensino-remoto-por-que-dizemos-nao.html>. Acesso em 02/out./2020.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. 2 reimp. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2006.

MIGUEL, Jean. Coronavírus, bolsonarismo e a produção da ignorância. Boletim Cientistas Sociais e Coronavírus. **Associação Brasileira de Antropologia** [Online]. Boletim especial nº 34, publicado em 06/05/2020. Disponível em <http://www.anpocs.com/index.php/ciencias-sociais/destaques/2348-boletim-n-34-cientistas-sociais-e-o-coronavirus?idU=3&acm= 272>. Acesso em 02/out./2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE(OMS). Ten threats to global health in 2019. Disponível em: <https://www.who.int/es/news-room/spotlight/ten-threats-to-global-health-in-2019>. Acesso em 01/out/2020

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (SECOM). O Governo do Brasil investiu bilhões de reais para salvar vidas e preservar empregos. Secomvc on Twitter, 01 set. 2020. Disponível em <https://twitter.com/secomvc/status/1300838424526626820>. Acesso em 02/out./2020.

SENNET, Richard. **A corrosão do caráter**. O desaparecimento da virtude com o novo capitalismo. Rio de Janeiro: BestBolso, 2012.

SILVEIRA, Zuleide S. A concepção burguesa de educação tecnológica e de desenvolvimento econômico e a política de ciência, tecnologia e inovação no Brasil. **Revista Trabalho, Política e Sociedade**, v. 05, nº 08, p. 95-117, jan.-jun./2020a. Acesso em 02/out./2020.

SILVEIRA, Zuleide Simas da. **Contradições entre capital e trabalho: concepções de educação tecnológica na reforma do ensino médio e técnico**. Jundiaí: Paco Editorial, 2010.

SILVEIRA, Zuleide S. O baile de máscaras: o movimento de intelectuais entre Estado Supranacional e Estado Integral. *Revista Práxis e Hegemonia Popular*. Marília, SP, v.5, n.6, p. 136-156, Jul /2020b. Disponível em <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/PHP/article/view/10606> . Acesso em 02/out./2020.